

## **Infraestruturas Porosas: O Programa Minha Casa Minha Vida e as faces da mobilidade no Brasil recente**

**Moisés Kopper<sup>2</sup>**

**Resumo:** Casas são infraestruturas porosas que instanciam imaginários de mobilidade social. Elas são portas abertas por onde passam formas amplas e experimentais de governo, ação política, e práticas de consumo, justapondo *becomings* humanos e construção do espaço. Baseando-se em etnografia realizada entre arquitetos, economistas, planejadores públicos, *policymakers*, representantes governamentais, marqueteiros, líderes comunitários e beneficiários-consumidores do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, este *paper* problematiza o processo de concepção e implantação de um conjunto de tecnologias de segurança e vigilância em um destes condomínios, bem como as aspirações e afetações de classe cristalizadas no decurso de sua imaginação. Aqui, a casa emerge como uma tecnologia de transformação da vida através da qual fluem processos subjetivos de valoração e de governamentalidade política e econômica. A partir da arquitetura transformada, dos usos e envelhecimentos das materialidades, é possível iluminar os efeitos de longo prazo de uma política pública, desvendando formas alternativas de governança, subjetividade política e ação econômica. Que cartografias morais e modos de esperar são entretecidos nesse governo pós-neoliberal de infraestruturas público-privadas? Como as pessoas se tornam parte e/ou criticam essas materialidades, criando novos espaços de imaginação? Observando através dessas infraestruturas e de seus devires, é possível documentar a emergência e evanescência de imaginários de mobilidade, suas aspirações e as ansiedades de classe média que a povoam.

**Palavras-Chave:** política pública, mobilidade, classe, infraestrutura, casa.

---

<sup>2</sup> Moisés Kopper é doutor em antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é pós-doutorando da Fapesp (processo nº. 2016/16265-1), junto ao Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP/USP. E-mail para contato: moiseskopper@gmail.com.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

### **Introdução: a política e a poética da espera através das infraestruturas**

“Aqui ninguém entra sem autorização do síndico, nem oficial de justiça!”—ouvi da boca de um porteiro em uma tarde ensolarada de fevereiro de 2017. O anúncio tomou-me de surpresa. Após cinco anos de trabalho de campo junto aos moradores do Residencial Bento Gonçalves—acompanhando de perto a mobilização política na luta pela implantação do projeto através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e ouvindo as angústias e expectativas do processo de mudança de várias famílias—meu acesso havia sido interrompido por uma nova tecnologia de controle do condomínio: a “portaria 24 horas”. De dentro de uma alcova com uma minúscula janela para o exterior, fui alertado: “Visitação apenas para familiares diretos, um único apartamento, mediante identificação”.

Inaugurado em setembro de 2014, o Residencial Bento Gonçalves é um empreendimento de 540 unidades situado na cidade de Porto Alegre. Desde 2009, as 160 famílias beneficiadas pela política pública organizaram-se coletivamente e fundaram o Codespa, uma associação de futuros moradores que ocupou diversos espaços de participação para reivindicar habitação, na esteira do lançamento do PMCMV. Expandindo-se rapidamente pelas vilas<sup>3</sup> do bairro Partenon<sup>4</sup>, o Codespa tornou-se um elo importante na maquinaria de governança difusa do programa. Atuando nos bastidores da política partidária, e em colaboração com secretarias, construtoras e bancos públicos, o Codespa fez chegar os benefícios aos “cidadãos desejanter”: pessoas que, engajando-se em um trabalho moral de visibilização de suas necessidades e precariedades, produziram testemunhos públicos de seu *desejo* por ascensão social que, traduzidos na linguagem de um excedente simbólico—o “merecimento”—repercutiram, finalmente, na concessão do benefício habitacional.

Em outros trabalhos (Kopper, 2014, 2015b, 2016), mostrei como esse ativo trabalho por cidadania e inclusão alinhou-se às expectativas de políticos, lideranças comunitárias, marqueteiros, publicitários, planejadores públicos, arquitetos, e intelectuais públicos investidos em provar a existência de uma “nova classe média” (Neri, 2008; Sousa e Lamounier, 2010; Souza, 2010;

---

<sup>3</sup> Termo nativo que faz menção a agrupamentos populacionais densamente povoados e de pequena escala, localizadas em diferentes bairros de Porto Alegre. Consideradas “irregulares” pelo Estado, as vilas são resultantes de processos históricos de periferização e urbanização.

<sup>4</sup> Criado em 1959, o bairro Partenon ocupa uma área geograficamente central em Porto Alegre. Marcado por grandes contrastes sociais e residenciais, é cortado pela Av. Bento Gonçalves, uma das principais da cidade, e é reduto de universidades, hipermercados e hospitais.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Pochmann, 2012, 2014; Scalon e Salata, 2012). Argumentei que, nas interseções entre a política da mobilidade e as arquiteturas multiformes da participação, economias locais da esperança floresceram e deslocaram os horizontes imaginativos de contingentes populacionais até então à margem dos dividendos sociais do crescimento econômico brasileiro. Construindo espaços coletivos de ascensão social por dentro das políticas públicas, essas populações orquestraram suas próprias hierarquias e investimentos morais de participação, enquanto esperavam e planejavam as novas vidas advindas da concessão do benefício habitacional.

Idealizando-se como uma comunidade modelo—livre dos vícios usualmente atribuídos a projetos populares arremessados às periferias das grandes cidades brasileiras—os membros do Codespa deslocaram-se para os apartamentos e transformaram suas vidas através da interação com os materiais e da apropriação da infraestrutura planejada dos novos espaços. Nesse processo, a casa provou-se uma janela privilegiada para observar o fluxo de formas amplas e experimentais de governo, de ação política, e de práticas de consumo, justapondo *becomings* humanos e ambientes construídos. A partir da arquitetura transformada, dos usos e envelhecimentos das materialidades que compõem a casa, é possível iluminar e tornar visível os efeitos de longo prazo de uma política pública, desvendando formas alternativas de governança, subjetividade política e ação econômica. Atravessados pela sociedade de consumo e pela novas possibilidades abertas pela economia do crédito (Han, 2011; Murphy, 2014), os beneficiários da política habitacional arquitetaram novos arranjos sociais e contornos de futuro em suas vidas privadas.

Neste artigo, estou interessado em outra dimensão, menos evidente, franqueada pela presença ubíqua de artefatos nessas trajetórias em processo de reinvenção<sup>5</sup>. Examino como o projeto de mobilidade ascendente que animou essas famílias encontrou canais para sua realização também através do planejamento e implementação de infraestruturas coletivas, acopladas a devires individualmente gestados. Problematizando os dilemas associados ao *design* e implementação de um sistema de segurança e portaria, discuto como o caráter inacabado, frágil e contingente desse projeto ilumina as tensões que circundam a formação de novos coletivos de cidadãos-consumidores no

---

<sup>5</sup> Infraestruturas são, de fato, dimensões indecomponíveis e ubíquas nas experiências de implementação de políticas públicas. Para além da casa e de seus artefatos, elas perpassam os modos de organização de associações, seus dispositivos de classificação e sistemas de produção de informação sobre os beneficiários, e atravessam os instrumentos concebidos por *policymakers* para sua implantação. Neste artigo, contudo, detenho-me apenas à dimensão “poética” das infraestruturas (segundo distinção feita por Larkin, 2013).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

interior da mobilidade induzida pela política pública. Observando através dessas infraestruturas e de seus devires, é possível documentar a emergência e evanescência de imaginários de mobilidade, suas aspirações e as ansiedades de classe média que a povoam.

Artefatos materializaram-se como objetos de análise antropológica de formas variadas. Por exemplo, grande parte da literatura toma as materialidades como molduras e veículos, mais ou menos evidentes, da cultura. Nesta abordagem, de caráter semiótico e com foco no sujeito, artefatos—e seu emprego em rituais, tramas e disputas sociais—são sedimentações históricas e palpáveis que constroem e pedagogizam a ação humana. Por outro lado, objetos foram também problematizados a partir de suas próprias trajetórias e circulação por entre regimes de identificação e alienação, ressaltando sua vida social (Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986). Leituras recentes sugerem, por sua vez, a supressão do dualismo sujeito/objeto, em grande medida um pressuposto das abordagens anteriores, com ênfase sobre a natureza da agência (Gell, 1998; Latour, 1999, 2014; Ingold, 2012).

Neste *paper*, articulo infraestrutura como um sistema mais ou menos integrado de funcionamento técnico e prático, que revela formas de racionalidade política e aparatos de governamentalidade, embebidas na realização da vida cotidiana. Como formações articuladas de larga-escala que definem a “vida moderna”, infraestruturas apontam para sentidos de desejo e possibilidade que emergem da simbiose entre o planejado e o vivido (Larkin, 2008, 2013; Hetherington, 2012; Anand, 2014, 2015, 2017; Gupta, 2015). Ao assinalar a trajetória social da concepção e implementação de um sistema de monitoramento de segurança entre beneficiários do PMCMV, as infraestruturas desvelam os desejos e imaginários elusivos de classe média e ascensão social embutidos nos artefatos, sem, contudo, implicar sua realização. Ao contrário, os conflitos emergentes em torno de sua operacionalização sugerem que, no Brasil recente, materialidades associadas às classes médias tradicionais—como os condomínios fechados (Caldeira, 2000) se dissiparam entre setores populares ascendentes via políticas públicas. Nessa ativa busca por segurança, contudo, a etnografia mostra que o que está em jogo é menos a produção de enclaves que separam do que materialidades que conectam—a aspirações da “boa vida”, da dignidade e da respeitabilidade. Igualmente, a presença ubíqua desses artefatos diz menos sobre processos de distinção *entre* classe (Bourdieu, 1984) do que sobre aberturas para o pertencimento e imaginações de futuro.

Para muitos beneficiários que encontrei, a mobilidade ascendente de cada um dependia diretamente da construção de um espaço coletivo de beneficiários merecedores, articulados via infraestruturas de imaginação e consumo, e equalizados por seus empenhos individuais em buscar vidas melhores. Na tessitura dessas interações cotidianas, os novos cidadãos-consumidores da casa própria tomaram decisões e teceram opiniões sobre o tipo de vida mais desejável para o condomínio. Por meio das amálgamas das pessoas com o lugar e suas infraestruturas, disputas sobre o legado do Residencial Bento Gonçalves estiveram na base de economias locais da esperança: ao contestarem o futuro do lugar como um microcosmos para a mobilidade, as pessoas escavaram espaços imaginativos e afetivos para a realização de seus próprios projetos e desejos de futuro.

### **1. Economias Locais da Esperança**

“De tanta tristeza na vida de uma pessoa, ela fica parada, cansada, estagnada no tempo. Aquilo ali te trava, vira um peso que tu não consegue carregar”—explicou Rodrigo, um jovem de cerca de 30 anos, casado e pai de um adolescente, enquanto narrava sua história de infortúnios, em março de 2013. “É como se tivesse limpando a poeira de uma pessoa, botando de pé e colocando pra caminhar de novo. Dar um rumo. *Vai cara, ta lá, só chegar!* Assim que eu me senti, nem sei como explicar. A ideia é virar em 180 graus a vida. A gente quer melhorar. Esse é o combustível. Essa é a ideia”.

Morador da vila Maria da Conceição, Rodrigo foi recrutado para participar da diretoria do Codespa por ser técnico em informática. Antes disso, fora porteiro. “Eu sou daquele cara que precisa de um alvo pra funcionar. Sempre fui esforçado. Nunca tive oportunidade de nada. Procuro sempre melhorar no meio onde eu vivo. Antes era o contrário. Teve uma época... eu chegava e estragava o ambiente”—ele sorriu timidamente. “Parei de estudar. Eu poderia estar formado em duas faculdades. Mas não deu certo. Eu já passei por muita dificuldade. Por isso eu me identifico com esse pessoal”.

Rodrigo pigarreou.

As pessoas que já têm, que não desandaram na vida, não sentem isso. Com a casa, 50% da tua vida ta realizada. O resto vem ao natural, com a luta, com o suor. Mas a base é essa. Uma casa desestabilizada não leva a lugar nenhum. E preparar essas famílias que vão entrar pra lá pra viver essa vida é o objetivo principal. Claro, com o apoio do governo, que disponibiliza mil e um recursos pra participar, conquistar e desenvolver... Então tem muita coisa pela frente que eu não sei como é que vai ser, eu só sei que eu to lá pro que der e vier.



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Nas semanas que antecederam a mudança, Rodrigo foi apontado síndico do condomínio. Em janeiro de 2015 foi difícil encontrá-lo em seu apartamento; ele circulava entre pátios, corredores e vizinhos, antecipando problemas e imaginando soluções. Ele me recebeu em sua casa, onde morava com a esposa e o único filho. Entre uma mediação e outra de problemas, ele teve pouco tempo para cuidar da própria adaptação ao apartamento. “Os dois primeiros meses foram dedicados só ao condomínio”, alegou. “Tudo foi deliberado muito rapidamente”.

Sua primeira medida como síndico foi assumir as contas de água e luz do empreendimento em seu nome, até que o condomínio estivesse legalmente instituído como pessoa jurídica — o que veio acontecer semanas após a inauguração. Em seguida, Rodrigo procedeu a simulações diversas para adequar o valor das taxas condominiais, incluindo um cálculo de inadimplência projetada de 10%.

Rodrigo constatou que a principal fonte de tensões ao longo desses meses fora a “dificuldade das pessoas de aceitarem o que elas mesmas decidiram”. Ele foi mais explícito: “o pessoal não gosta de regra”. Um dos principais tópicos de discussão fora o horário de sossego; seus principais infratores, as crianças e adolescentes que faziam uso da pracinha. “Mudou a vida deles. Até eles se acostumarem com isso leva tempo. O Codespa consegue cuidar mas não consegue viver 24 horas ao lado”, constatou.

Para resolver essa situação, Rodrigo desenhou um plano de intervenção. De início, tirou dez dias de férias do trabalho e criou um grupo de convivência com os adolescentes que mais usavam a praça de brinquedos. “Entrei no mundo deles. Conversei. Fiz amizade com quase todos. Eles me chamam. Eu consegui ganhar a liberdade de pedir mais pra eles”, comentou. Como resultado, ele continuou, as crianças estavam mais cientes que os próprios pais das responsabilidades quanto ao sossego e aos horários de uso dos equipamentos. “A gente falou com os filhos; agora vamos retornar aos pais, vamos ser mais enérgicos”, ponderou. Para Rodrigo, as pessoas já tiveram a experiência “do que é deixar solto, passar pelo barulho, pela perturbação”. Agora, era preciso voltar aos pais para convocá-los a ajudar nesse trabalho: “Conheço o teu filho agora, sei como é a vida dele. Tem muitos que deixam liberado acima do normal. Não pode, tá errado, não é saudável”, avaliou.

Com a estratégia de socialização dos pais por meio das crianças, Rodrigo pretendia encontrar alternativas à aplicação de multas, visto como o modelo convencional de intervenção em situações de desrespeito à norma condominial. Muitas pessoas, ele seguiu, demandavam pela aplicação desse



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

procedimento durante as reuniões de condomínio como forma de punição dos infratores. Para ele, entretanto, a multa provava-se inócua pela recorrência do problema entre vários moradores e pelas baixas condições financeiras de muitos condôminos. “O processo formal só não adianta, ele desestimula. Vou acabar aplicando uma multa numa pessoa que não conseguiu aceitar a realidade atual. Já vou começar ao invés de ganhar, perder essa pessoa. Ela vai desandar pro outro lado e gerar um caos”, comentou. Para que as pessoas percebessem sua própria excepcionalidade e desenvolvessem novos horizontes imaginativos, era preciso dar uma oportunidade que valorizasse a economia moral daqueles sujeitos. Com isso, Rodrigo chamava-os para o comprometimento com o projeto coletivo de habitação desenhado pelo Codespa durante os anos de preparação para a mudança.

Muitos dos queixosos quanto à organização do condomínio e dos ávidos pela aplicação de multas como solução dos problemas de adaptação criticavam a escolha da empresa que, desde o início, realizava a administração do residencial. “Tem o lado da adaptação desses profissionais também”, comentou Rodrigo. “Muitos reclamam das meninas da limpeza, que são só duas, mas se esquecem que demora treinar o funcionário para a nossa realidade”. De fato, eu já havia escutado histórias a respeito deste ponto de outros moradores; uma senhora, por exemplo, relatara que muitos vizinhos pediam que se lavasse a parede todos os dias. “Só um pouquinho, Moisés. Vamos calçar a sandália da humildade”, ela se queixou; “tu vai me dizer que tu lavava a parede toda semana na tua casa?”. Para ela, os maus tratos dos moradores para com os prestadores de serviço causaram uma rotatividade excessiva desses profissionais nos primeiros meses de ocupação. “As mulheres se apoderaram de uma maneira. Acham que agora são madames. Que tem que tripudiar das pessoas. ‘Eu pago, tu tem que fazer’. Elas têm que estar ouvindo o barulho da vassoura”, comentou. Rodrigo, por sua vez, acreditava que isso se refletia nas críticas dos moradores à sua gestão. “O pessoal fica sempre procurando um furo. Não tão acostumados, é novidade, ficam cutucando a gestão. É natural, como uma criança com brinquedo novo. Ta explorando aquilo ali, mas nessa o pessoal vai aprendendo que não é bem assim”, comentou. “Não é fácil fazer que aquilo ali esteja funcionando aos olhos de todos. Sempre existem problemas por trás de uma estrutura. Uns entendem, outros não querem”, concluiu.

Engajando-se num esforço moral para distinguir-se dos outros condomínios do PMCMV construídos em Porto Alegre, Rodrigo disse que “aqui as pessoas tão vendo que a coisa é diferente”. Essa diferença devia-se, em sua opinião, ao trabalho de acompanhamento e fiscalização do Codespa, bem como às parceiras que este desenvolvia com setores do poder público na busca por serviços de



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

conscientização dos moradores, engendrando assim um novo *desiring collective* capaz de colocar-se como mediador com o Estado. O papel de intermediação desempenhado pela associação não isentava, contudo, o governo de críticas. “Aqui nós estamos sozinhos, a gente depende da nossa própria autonomia”, criticou o síndico ao tratar da ausência do Estado na vida dos novos beneficiários de políticas públicas. Foi assim que Rodrigo resumiu a situação:

Esse é um problema que o governo tem. Ele te dá moradia, sem tu nunca ter morado numa estrutura parecida, sem tu nunca ter tido que lidar com qualquer tipo de regra na tua vida; financeiramente tu não tem estrutura pra manter as contas que aquele novo imóvel gera, e ainda te dá um cartão, que é mais uma dívida. A pessoa já começa perdida. Se vê num ambiente estranho sem parceria nenhuma, sendo cobrado de uma forma errada às vezes. Não tem ninguém que mostra pra ela que aquilo ta sendo melhor pra ela, que as coisas mudaram, é uma nova realidade, tua vida mudou, tu precisa te adaptar, vai ser melhor pra ti, que ela vai passar por uma transformação agora que é melhor pra ela depois no futuro. Por isso que se tu não acertar de início tende a não dar mais certo. A pessoa de má fé que vê a coisa desandar vê a oportunidade de se estabelecer e fazer o que sempre fez fora, num ambiente onde não tinha regras, onde não era policiado por nada, terra de ninguém. Eu passei por vilas, cresci no meio de vila, brinquei no meio de vila, mas tudo dentro de famílias de bem. Tem gente que viveu isso aí, vem disso aí, e não quer mais isso aí, dá graças a Deus que saiu daquele meio, mas é difícil a transformação dessa pessoa. É um processo. E o pessoal na volta quer ver isso acontecer pra ontem. Aí é onde desanda.

Trabalhos de conscientização e personagens exemplares (Kopper, 2017) precisavam ser postos em marcha a todo tempo para lembrar os beneficiários selecionados de sua excepcionalidade. Ao mesmo tempo, essa economia local da esperança deveria ser acoplada a apoios externos, na forma de um coletivo de sujeitos desejantes, dispostos a buscar os canais de articulação com a maquinaria institucional da política pública. “Só com os contatos que a gente tem, a organização que a gente tem, as equipes que a gente monta, que a gente vai ter um suporte pra poder fazer as coisas e superar as dificuldades colocadas pela falta de acompanhamento da Caixa”, relatou. Segundo o síndico, a Caixa Econômica Federal—banco responsável pela construção, administração e concessão dos benefícios habitacionais—nem ao menos havia liberado a documentação do condomínio que facultava a prestação de certos tipos de serviços. “É a pessoa jurídica que vai resolver certas coisas. Então é como se eles tivessem fechando as portas, se livrando de um problema: colocamos as pessoas lá porque elas estão colocando pressão na gente. Agora se virem”, desabafou Rodrigo. “A Caixa sabe o que acontece, essa que é a verdade, mas ela se brinda com aquilo ali e deixa tu te virando nesse meio

tempo”—Rodrigo apontava o modo como subjetividades viravam número de sucesso em um país alimentado por estatísticas de ascensão social durante a década de 2000 (Kopper, 2015a).

Na opinião do síndico, sem a presença da diretoria do Codespa—que cumpria um papel fiscalizatório e organizacional da nova vida em coletivo, levando em conta as realidades vividas de cada sócio – o condomínio estava fadado a desandar rapidamente e converter-se em outro nóculo abandonado e fracassado das políticas habitacionais no Brasil recente. Nessa adaptação, entretanto, era preciso reavaliar o papel da associação — que agora devia convencer seus membros a pagarem o condomínio e aguardarem pelas melhorias e benfeitorias decorrentes da aplicação deste fundo.

Administrar a nova rotina de vida implicava então uma conversão da mobilização de um sujeito político para a mobilização de um sujeito econômico, cuja participação era medida menos pela frequência às reuniões do Codespa do que às reuniões de condomínio. “Às vezes tu acha que conhece as expectativas, os sonhos, os desejos e os anseios daquela pessoa e na verdade tu não conhece”, disse Rodrigo. “Então tu tem que construir aqui essa nova vida. Muitas vezes eles [os queixosos] recuam porque eles sabem porque eles tão aqui. Como eles chegaram aqui. O que eles vieram fazer aqui. Só que tu tem que estar sempre lembrando eles”.

## **2. “Não importa da onde a pessoa veio, importa onde ela quer chegar”**

“Eu me enfiei de cabeça naquela missão”, continuou Rodrigo enquanto explicava os desafios de ser síndico. “Eu tenho forte e fixo na minha mente que aqui é um trampolim pra ter uma vida melhor. Não pode ser diferente. Quem tá aqui dentro faz toda a diferença. Temos condomínios de classe média-alta que não têm essa estrutura”, exclamou. Na sequência de nossa conversa, ele elencou as melhorias que já foram realizadas ao longo do que chamou “trabalho de formiga” do síndico. Estas incluíam o engajamento de um número cada vez maior de moradores em atividades coletivas como reciclagem do lixo e plantio de vegetação nos entornos do muro.

“O objetivo é mudar de classe social estando aqui”, referiu. “Mas as pessoas ainda não sabem disso”. Rodrigo seguiu comentando sobre as iniciativas tomadas por sua gestão e que muitas vezes passavam sem o reconhecimento dos condôminos. Para ele, uma etapa crucial nesse processo estava no abandono de rótulos que marcavam lugares fixos. “Vamos tirar esse ‘eu vim da vila’ da cabeça. Tu só precisa te organizar e ter uma oportunidade de melhorar”. Por muito tempo, Rodrigo permaneceu incomodado com o título de um dos seminários realizados pelo Codespa no início de sua

mobilização, em 2009, “Do Morro para o Asfalto”. “Não precisa o morro e não precisa o asfalto. Não precisa rotular. Não importa da onde as pessoas vieram, o que importa é pra onde elas querem ir, onde elas querem estar”.

Na narrativa de Rodrigo, morro e asfalto eram tropos de referência utilizados pela sociedade englobante para referir-se aos pobres urbanos e para mantê-los em seus lugares. Como termos que se opunham para acentuar um contraste, ele sugeria que não eram os substantivos que deviam ser valorizados, mas as conjunções que indicavam movimento: “para”, “em direção a”. Além de revelarem um deslocamento—que conectava, mas também tencionava, a essência dos dois nomes próprios—esses articuladores descortinavam um devir, um *becoming*, um desejo concreto, um fluxo vital, de melhoria, de desenvolvimento, de progresso, de simples esperança. Esse movimento era, enfim, subjetivo porque não existia, ainda, em sua concretude; estava, antes, no potencial que cada pessoa, ao se deslocar, liberava: um horizonte ainda desconhecido por muitos mas que devia ser realizado através das materialidades que povoavam a casa própria.

“As pessoas ficam cegas por conta das dificuldades”, ele seguiu. “Não se veem bem financeiramente, pegando seu carro na esquina, vendo seu filho se formando na faculdade, tendo uma vida melhor e saindo do meio em que vive para uma classe melhor”. E concluiu: “a ideia é mostrar que isso é possível e desejável”. Ao procurar incutir e criar o próprio desejo pela mudança, Rodrigo mostrava que uma economia local da esperança estava em marcha. Sua condição de realização era, como tão eloquentemente sustentava, o alinhamento de três escalas variáveis de fenômenos sociais: o ativismo dos cidadãos-consumidores, a mobilização de uma associação-administradora, e o desenho de uma política pública simultaneamente social e emancipatória.

A mobilidade ascendente, descrita por Rodrigo como uma passagem de classe social, traduzia um ajuste entre as novas condições objetivas propiciadas pela estrutura da política pública—a chamada “oportunidade única”—e a disposição das pessoas de organizarem-se a aceitarem a ajuda de uma instância mediadora—o Codespa—capaz de organizar esse fluxo na fabricação de uma nova subjetividade política e econômica. “Agora”, ele arrematou, “tu pode te comportar como uma pessoa de classe superior porque tu ta numa classe superior. Se tu precisar de apoio pra isso, tudo bem. Se tu precisar de alguém que lembre disso, a gente vai estar aqui pra lembrar. Para que tu seja o produto do meio em que tu vive”.

### **3. Imaginando Infraestruturas**



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O porteiro que me recebera naquela tarde de fevereiro de 2017 não me era desconhecido. Tratava-se de um policial militar aposentado de cerca de sessenta anos com o qual topei um mês antes, durante a aplicação de um *survey* no residencial<sup>6</sup>. Na ocasião, contou-me que sua experiência profissional permitia que distinguisse com precisão o “vagabundo” do “trabalhador”. Baixando o tom de sua fala, confessou-me que era comum que circulassem “pacotinhos” de drogas ao preço médio de R\$ 10 a R\$ 20 no interior do condomínio. “Aqui tem muito drogado e traficante que desce do morro e se esconde aqui dentro. Eles são como porcos: quando saem da lama, não sobrevivem fora dela”. Atento aos seus entornos, apontou, ao longe, uma pequena “vila” que se formava no horizonte de nosso olhar, de onde a mercadoria supostamente originava, e que se expandia à medida que progredia o número de consumidores no residencial. Infraestruturas conectadas—pensei, enquanto ouvia seus desabafos.

Parado em frente ao portão, apresentei-me como pesquisador e tratei de rememorar nossa interação pregressa. A estratégia, entretanto, não surtiu o efeito esperado. Seus olhos permaneciam impassíveis, vorazes no exercício do controle dos pequenos poderes cotidianos, comprovando sua capacidade de agir como *gatekeeper* daquelas dicotomias que procuravam, a todo custo, se espacializar. Desde a mudança de portaria, ele revelou, as coisas tinham começado a melhorar. Para isso, o controle estrito de quem entrava e saía era fundamental. Em um “livro”, ele mantinha um registro do fluxo individualizado de quem passasse pelo portão, que era então apresentado a Rodrigo no fim do dia. “Não era nada pessoal”, ele tentava me explicar. “Quando eu cheguei, era um caos. Na minha experiência de 35 anos como vigia de condomínios, eu nunca vi nada igual. Jovens chegando em bando, pessoas que tu nunca viu, dizendo, ‘eles podem entrar, tão comigo’. É um pessoal que não tem educação, são selvagens, não sabem respeitar”, sentenciou.

Por algum tempo, acompanhei o movimento de pedestres que entravam e saíam do condomínio. Alguns conhecidos, acostumados a me ver circulando pelos corredores dos prédios, observaram espantados, sem entender as razões que me prendiam do lado de fora. Uma senhora dirigiu, na minha direção: “Não tem nada errado aqui; não tenho nada a criticar”. Após um breve silêncio, seguiu: “Tem muitas pessoas que estão reclamando, que tá tudo errado, mas eu não vejo assim. Tudo bem, já roubaram duas motos aqui dentro, mas eles não me fizeram nenhum mal. É só

---

<sup>6</sup> Parte do projeto de pós-doutorado ora em andamento inclui a aplicação de um *survey* sociodemográfico com as 160 famílias do Residencial Bento Gonçalves, visando avaliar a avaliação e os impactos de longo prazo da política pública.



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

não mexer com eles que tá tudo tranquilo”. A senhora falou também sobre “politicagens” e “favorecimentos”: “um dia eu perguntei à diretoria [do Codespa] sobre isso. Eles me puxaram o tapete. Depois disso eu nunca mais perguntei nada. Vi que o segredo é não questionar. Senão sobra pra gente. Eu preciso que isso aqui dê certo pra mim, do contrário, pra onde eu vou?”.

A crítica-que-não-era-crítica, anunciada à boca pequena sob garantia de anonimato, ajudava a entender a política de filtragem materializada no novo sistema de portaria. Salvaguardando suas expectativas quanto ao benefício da política pública, a senhora decidira manter-se à margem dos jogos de força que buscavam recriar a imagem do residencial. Tal indiferença—forjada na renúncia de deliberar sobre o bem público em nome do direito elementar de manter suas esperanças particulares pela melhoria de vida—autorizava, em última instância, a existência dessa maquinaria de controle social, baseada na proteção contra os de fora (da qual eu havia me tornado um alvo e que me lembrava da devastadora realidade de distanciamento e proximidade inerente ao trabalho de campo antropológico).

Em meu reencontro com Rodrigo, passados dois anos de atividades como síndico, ele estava nitidamente cansado. “A intensidade do trabalho continua sendo a mesma, e se tu não tá em cima, aumenta”, confessou, apontando para o constante esforço de lembrar aos cidadãos-consumidores de seu projeto coletivo de ascensão social. “Vocês se lembram lá atrás?”—Rodrigo dirigia-se aos condôminos nas reuniões—“a gente não queria só aquela portaria, a gente queria a portaria e mais um ronda lá atrás com a lanterninha vigiando, com as câmeras... Aquilo ali é possível, não esqueçam. A gente não pode é perder este objetivo”.

Na prática, contudo, os projetos encabeçados pelo síndico esbarraram no que chamou de “problema de comunicação”, referindo-se sobretudo à ingerência da diretoria do Codespa sobre as decisões coletivas, e às vozes dissidentes, contrárias às melhorias de infraestrutura. Rodrigo sugeriu que esses “ruídos” se iniciaram em paralelo à inadimplência nas cotas de condomínio e à necessidade de discutirem procedimentos quanto ao saldo devedor e ao aumento nos valores dessas prestações. Simultaneamente, ele ouviu críticas de vários moradores quanto à má qualidade dos serviços prestados pela administradora de condomínios: com um contrato de dois anos formalizado antes mesmo da implantação, e com severas multas de quebra de contrato resguardando a empresa, seus serviços—que incluíam a presença de dois porteiros em horários revezados, um zelador, dois agentes de limpeza—não estavam à altura do preço cobrado. “Eu era o supervisor dos caras aqui dentro, e

isso prejudicava a minha imagem como síndico. Eles não faziam, e isso gerava desgaste. Porque o máximo que iria acontecer era o que? ‘Eu quebro o contrato, gera a multa, e saem no lucro como saem com outros clientes’”.

“Depois de dois anos, nosso problema continua sendo comportamental”, Rodrigo seguiu. Crianças e adolescentes seguiam frequentando as áreas coletivas sem se preocupar com o “horário de silêncio”. As táticas de pedagogização—que constituíram o centro de sua abordagem nos primeiros meses de implantação—já não surtiam efeito. Ao contrário, elas haviam criado um senso de constante cobrança entre os moradores, que também os impedia de tomarem iniciativas. Quanto a isso, Rodrigo foi taxativo:

O pessoal já tem aquela cultura de reunir, de associação, de Codespa, aquela coisa, sempre tem reunião, sempre tem um pastor conduzindo... Eu trabalhei com determinadas pessoas e funcionou, elas ficaram um pouco mais independentes. Faz a tua parte. Sabe qual a tua parte? A tua parte é essa, é essa, e essa. Tu fazendo a tua parte ajuda um monte. Tu não precisa de mim pra fazer a tua parte. Tu não precisa me consultar, entende? Tu agora é *proprietário* de um imóvel... Entende? Tu tem compromisso com ele, tem determinadas coisas que tu não precisa me consultar pra fazer.

Rodrigo planejou, então, uma solução integrada para esses problemas. “Nós vamos começar a usar dispositivos para mudar essa realidade”, confessou. O plano iniciou em janeiro de 2015, com a proposta de colocação de um sistema integrado de interfones, que permitisse aos apartamentos comunicarem-se entre si e com a portaria. “O nosso principal problema é a nossa cultura de acesso”, sentenciou. Com isso, referia-se à entrada de “pessoas estranhas” no condomínio. “Não pode! Isso a gente tem empurrado com a barriga”. Rodrigo buscou mais de dez orçamentos e apresentou-os aos condôminos em assembleia. O menor valor encontrado fora R\$ 34mil. “Olhou um para a cara do outro e não aceitaram. Mas nós não vamos sair daqui sem arrecadar nada”, Rodrigo fora incisivo. Este primeiro esforço rendeu ao condomínio uma estimativa de fundos de R\$ 28mil—aquém do serviço mais barato disponível no mercado.

O plano de Rodrigo, entretanto, não funcionou como esperado. Após muito negociar com prestadores de serviços por descontos e parcelamentos, a arrecadação estimada nunca se efetivou. Ao mesmo tempo, surgiram os primeiros sinais de inadimplência do condomínio.

Se eu tivesse assinado contrato teria tido problema lá no início. Aí o que aconteceu? Fizemos um caixa de seis meses. Nesse meio tempo, analisei o que podia ser feito. Acabou que eu



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

pensei assim: *nós mesmos podemos fazer isso*. Eu estudei a instalação de tudo isso. E como seria a implantação para os moradores. E acho que conseguimos fazer.

De início, Rodrigo explorou a mão-de-obra da empresa administradora do condomínio. Convocou o zelador e outro funcionário para ajudarem na abertura de valetas, instalação de tubulações e cabeamento, enquanto ele adquiriu os materiais. “A gente acabou ensinando eles a trabalhar”, comentou. Nesse ínterim, uma empresa de TV a cabo, internet e telefonia ofereceu seus serviços aos moradores; em troca de exclusividade no atendimento ao condomínio, ela fez o cabeamento de fibra óptica para todas as unidades. “Estamos falando de R\$ 8mil em cabos mais R\$ 10mil de mão-de-obra que fica para o condomínio como patrimônio”, salientou. Apesar da oferta generosa, as tubulações já existentes, implementadas pela construtora como parte do projeto original, tiveram que ser substituídas, pois eram de má qualidade e estavam, em sua maior parte, amassadas. “Arrancamos tudo fora e tivemos que substituir por novos. Aí surgiram os burburinhos: ‘ah, porque o síndico tá depredando. Mas já estava no orçamento que iríamos instalar o interfone”.

A utilização de mão-de-obra da administradora do condomínio e de moradores voluntários barateou os custos de implementação da tecnologia. “Foi aí que a gente viu que precisava integrar os serviços”, Rodrigo continuou. Outros dispositivos foram adquiridos pelo condomínio como parte do projeto de monitoramento das fronteiras daquele coletivo. Controles remotos individuais, acionados do interior dos veículos pelos moradores, permitiram colocar em prática um protocolo de identificação em uma central de monitoramento que ficava junto à portaria. Pedestres, por sua vez, passaram a dispor de “tags”: pequenos chaveiros magnéticos que, aproximados da central, garantiam acesso automático aos moradores. “Aí que a gente começou a ligar as coisas. Pra autorizar alguém que não é morador, precisa do interfone. Pro porteiro deixar passar, tu precisa te identificar”, completou.

“É que nem numa empresa; só entra quem tem crachá”, Rodrigo prosseguiu. De fato, a analogia não era gratuita. Recentemente, Rodrigo trocou de emprego. Por anos, trabalhara em uma firma terceirizada de informática situada no interior da PUCRS. Agora, orgulhava-se de estar situado no interior de um moderno prédio do Fórum Central, em uma área nobre da cidade.

Eu estou com eles faz um ano. E antes de eu chegar eles já tinham um sistema de controle de acesso. Tu pensa que os caras, com toda a grana, com toda a técnica, com toda a infraestrutura que têm, com todo o poder de fazer a coisa acontecer... eles *não* concluíram ainda. Então eu



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

comecei a ficar um pouco mais aliviado. *Não é bem assim*. Comecei a ficar mais orgulhoso do nosso esforço.

Rodrigo prosseguiu sua narrativa sobre as benfeitorias implantadas ao longo de sua gestão, em meio às dificuldades impostas pela falta de dinheiro, pelo desamparo da Caixa Econômica Federal, e pelos conflitos de gestão com o Codespa. Muitas das tecnologias, como o sistema de identificação, que acusa o perfil do usuário na tela central, com fotografia e dados do proprietário do apartamento, foram implementadas progressivamente, por meio de testes e erros. Novas infraestruturas ainda estavam por vir, como iluminação de LED em cantos escuros do condomínio e a ampliação da guarita e de seus equipamentos: “A ideia é que ali tenha mesinha, cadeira, toda aquela *ergonomia* que se tem que ter, botar num padrão *como deve ser*, com micro-ondas, cafeteira, armarinho. Vamos aumentar. Com a mesma lógica dos interfonos”. Câmeras de segurança, por sua vez, garantiriam que se chegasse nos pontos mais remotos, impossíveis de serem rastreados pelo olhar vigilante do porteiro.

Rodrigo referia-se às parcerias que fizera com a administradora do condomínio para a viabilização daquela tecnologia. Com a troca desse provedor de serviços, e a consequente melhoria da qualidade do trabalho, preços mais competitivos e contratos mais favoráveis, era possível agora esperar por melhores e maiores contrapartidas. O síndico atribuía esses avanços à qualidade das decisões que estava tomando—focadas na busca de soluções para o condomínio, e não em benefícios privados, como quando decisões eram tomadas pelos líderes do Codespa.

Nesse processo, uma espiral de melhorias infraestruturais em permanente vir-a-ser estava em jogo e tencionava o projeto político gestado durante os anos de preparação para a mudança. Aqui, as materialidades apareciam como conquistas de um novo coletivo, refletindo os novos horizontes imaginativos gestados a partir de racionalidades econômicas e aspirações do “bem viver” (Mathews e Izquierdo, 2009; Fischer, 2014). “Eu continuo orçando”, Rodrigo seguiu, referindo-se à prática de fazer caber os sonhos em projetos concretos, financeiramente viáveis. “Estou vendo quais equipamentos que dá pra gente trazer pra cá. Vou precisar da ajuda dos moradores. Pra gente puxar as coisas. Instalar”.

Antes de nos despedirmos naquela noite de outubro de 2016, Rodrigo arrematou: “A ideia é essa. É uma coisa que eles não estão enxergando hoje, mas eles vão ver”. Suas palavras ressoavam com a conversa que tivéramos dois anos antes, e me fizeram pensar no potencial de arquitetar futuros

e sentidos do que é o normal através da imaginação de infraestruturas. “No nosso condomínio só entra identificado. Isso é segurança pra eles. Já recebi muitos elogios de pessoas de fora: ‘pô, Rodrigo, tem muito condomínio de *classe média* que não tem toda essa infraestrutura”.

#### **4. Do Container ao Apartamento**

Tio Paulinho era uma das figuras mais antigas do Codespa. Irmão da presidente da associação, sua posição no movimento sempre foi, de algum modo, ambígua. O laço de sangue garantia proximidade da diretoria, embora ele caminhasse à margem dos processos decisórios. Assim que chegou o primeiro container com os materiais de construção da obra, ele decidiu mudar-se permanentemente para o local da obra.

Considerado por muitos membros da associação como uma espécie de anjo da guarda do sonho coletivo, Tio Paulinho sempre encarou seu papel como necessário para preservar o terreno de possíveis invasores. “As pessoas da comunidade me traziam refeições, era café da manhã, almoço, janta; sofri pedradas na lata de pessoas que moravam do outro lado”, comentou em nossa conversa. Apesar das dificuldades, sua motivação era altruísta: “Fazendo o bem a pessoa não se cansa, não se estressa, é uma coisa que se faz com o coração, parece que se ganha mais mentalmente, fisicamente”, emendou.

Durante os meses em que morou no container, Tio Paulinho sofreu assaltos e arrombamentos. Ele foi ameaçado com martelos enquanto dormia; roubaram-lhe as poucas quantias em dinheiro pagas pelo Codespa para sua manutenção, comida e utensílios de trabalho, como fogão e furadeira. Ao longo desse tempo, Tio Paulinho também viu a obra crescer e transformar-se. Ele foi a testemunha ocular de um processo de *infraestruturação* do sonho coletivo em espaço construído. Em sua narrativa apressada e excitada, sem se dar ao luxo das pontuações e respirações, ele era a voz do deslocamento precário, da busca pelo artefato, da construção.

Para Tio Paulinho, a luta pela habitação representava o investimento de uma vida em ocupações, invasões, insalubridades e mobilizações por moradia digna. O merecimento produzia-se na relação entre o preenchimento dos requisitos das políticas de Estado, a disposição em mover-se para lutar pela casa própria e a produção constante de testemunhos orais como esse: “Se tem alguém com direito ao apartamento sou eu, vou encher a bola, porque eu fui o cara que veio pro terreno, desde



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

que fundou, fiquei conhecido por todo o Partenon, eu não saio daqui, 24 horas, toca telefone, o pessoal reclama que me dão dinheiro, mas não ganho remuneração”.

Em janeiro de 2015, alguns meses após a mudança para o Residencial Bento Gonçalves, reencontrei Tio Paulinho em seu novo apartamento. Quem o visitasse em sua unidade dificilmente recordar-se-ia de sua figura como aquele sujeito largado no interior de um container de obras que decidira acompanhar, por meses, o desenrolar das obras *in locum*. As condições insalubres de vida—e que Tio Paulinho conservara em nome do projeto coletivo de “lutar” pela moradia e “manter” o terreno sob vigilância—contrastavam com o ambiente organizado e bem-disposto de objetos domésticos que agora povoavam sua moradia. Ele me recebeu com alegria em seu novo sofá, enquanto apontava para a cozinha e chamava a atenção do novo cachorro “pet” amarrado aos ferros de sustentação da pia. O vira-lata que fora seu único companheiro durante a construção da obra, na sede do Codespa, sobrevivera junto de Tio Paulinho às dificuldades daqueles meses e agora havia sido promovido à condição de pet, mudando-se para o residencial com seu dono.

A história que Tio Paulinho me contou era a crônica da nova composição de forças no condomínio. Pouco antes da inauguração, ele perdera acesso à sede do Codespa. “Eu fiquei chateado comigo mesmo. Eu ficava 24 horas dando informação para as pessoas. Fui afastado do Codespa, mas não me afastei das pessoas”. “Hoje”, Seu Juliano continuou, “minha função aqui é como proprietário”. Apesar disso, ele continuava interagindo com os moradores, desta vez explicando-lhes as regras de funcionamento da vida em condomínio.

“A merda toda é que eu sei de tudo”, ele prosseguiu, referindo-se a como as pessoas vinham até ele para contar-lhe das novidades. “Hoje ninguém se aproxima mais da diretoria. Eles tão perdendo a credibilidade com as pessoas”, confessou. Desde que a relação com os líderes se estremecera, as decisões tomadas pelo Codespa quanto à seleção dos beneficiários e às regras de funcionamento do condomínio passaram a ser alvo de contestação. Ele reclamou que muitas lâmpadas em áreas coletivas tiveram de ser financiadas por moradores, assim como despesas com materiais de limpeza—obrigações da alçada do condomínio. Algumas vidraças, destruídas por moradores, estavam sendo cobradas e superfaturadas nos boletos de cobrança do condomínio. “E esses dois meses de vidro? É R\$ 50 dividido por 160 apartamentos, o pessoal não vê na conta, mas nós estamos pagando”. Outra preocupação recorrente era o adicional cobrado de cada família por um ano para financiar a colocação dos interfones e aparatos de segurança. “Pagamos e estamos com o portão



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

estragado até hoje. Não existe”, lamentou. Por sua vez, serviços de segurança 24 horas e limpeza eram administrados por uma imobiliária cuja contratação não fora referendada pelos moradores. “Onde está a transparência?”, questionou.

Certa vez, ele me contou, Tio Paulinho ouvira os porteiros chamarem o residencial de “Carandiru”<sup>7</sup>. “Eles querem difamar, porque acham que aqui é vila”, comentou. Antes disso, ele também já deduzira que a empresa mandava porteiros reservas para cuidar do empreendimento, na falta dos titulares. “Esse cara já não presta, ele chega aqui, não conhece ninguém e deixa entrar e sair”, concluiu. Seu Juliano resolveu então confrontar o diretor da equipe de porteiros, que explicou haver sido aquele um mal-entendido. “Não!”—prosseguiu Tio Paulinho—“não foi. Chegou no ouvido de todo mundo. Nós somos *consumidores* de vocês. Nós estamos pagando e vocês nos difamando. Nós temos direito de ir até no PROCON”, vociferou.

Tio Paulinho fez uma pausa, sorriu para mim e cochichou: “Só que eles não esperavam que eu ia falar com essas palavrinhas assim”. No dia seguinte, havia três porteiros fazendo a segurança do local. “Mas foi só fogo de palha. Depois começou a mesma coisa. Quem contratou eles não têm como cobrar, ta com o rabo preso”, referiu-se à diretoria do Codespa. “Eles se acertam e nós sofremos, por isso que tão debochando”, arrematou.

Em sua narrativa, a alegada função de “proprietário” que passara a desempenhar no residencial tinha a ver com o desenvolvimento de uma voz crítica em nome de um novo coletivo. Tentando fazer valer a figura do cidadão-consumidor, muitas de suas alegações buscavam resguardar direitos em um mercado imperfeito. Nesse processo, Seu Juliano deixou de enxergar seu papel como o articulador do espírito coletivo que marcara sua permanência no container durante as obras. Agora, ele era o porta-voz de um espírito crítico e autônomo, estimulando as pessoas a pensarem-se como proprietárias de um imóvel e consumidores conscientes desse espaço—em linha, como vimos, com as imaginações de Rodrigo sobre os devires do Residencial.

Em 2017, passados mais dois anos, encontrei novamente com Tio Paulinho. Desta vez, ele estava preocupado com o crescente endividamento de sua família. Sua filha, que havia se mudado para outro condomínio do PMCMV, enfrentara dificuldades financeiras e viera residir

---

<sup>7</sup> Apelido dado à Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru foi construído na década de 1920 e chegou a abrigar mais de oito mil presos, sendo considerado o maior presídio da América Latina.



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

temporariamente com ele. Isso triplicou o custo com os serviços de água e eletricidade. Além disso, havia ainda as prestações do cartão Minha Casa Melhor, do financiamento da Caixa Econômica Federal, e o valor do condomínio, que não parava de aumentar. Em seu cálculo pragmático das hierarquias de valor, Tio Paulinho priorizava o pagamento das contas de água e luz, e da taxa de condomínio. Na sua visão, elas estavam associadas a duas dimensões complementares de sua nova vida: as responsabilidades como cidadão-beneficiário da política pública e o seu pertencimento a um coletivo emergente de consumidores da casa própria. O comprometimento com esses pagamentos abria, por conseguinte, um espaço de emancipação e autonomia na imaginação do futuro e das aspirações que o acompanhavam.

A troca do sistema de portaria e da empresa prestadora de serviços ocupou boa parte de nossa conversa. No cotidiano da implantação do condomínio, Tio Paulinho operava como uma espécie de termômetro do balanço de forças e ânimos daquele espaço coletivo. “Aqui trocaram tudo. Estão arrumando ainda. Tem um controle, o morador com a chave entra. Se é visitante, vai pra portaria, se identifica. Não tem mais essa de o cara não avisou. Agora tem que interfonar”, ele comentou.

As lembranças de Tio Paulinho revelavam conflitos, tensões e as próprias transformações das infraestruturas do espaço construído em simbiose com os deslocamentos dos sujeitos. Através de suas palavras, era possível observar a emergência de coletivos—mesmo que transientes—na busca por canais de incidência sobre os caminhos do Residencial Bento Gonçalves. “Tivemos um cara bem legal aqui, chamam ele de Carteiro”, Tio Paulinho contou. “Ele plantou flores e coqueiros de meio-fio. Ele tá fazendo em todo o complexo. Existem pessoas que acreditam na benfeitoria”. Suscitando as imagens desgastadas de projetos do PMCMV nas periferias brasileiras, ele contrapunha os esforços embrionários ali realizados. “Aqui a gente ainda tenta melhorar. Tem que cuidar do espaço. Isso aqui com o tempo vai ficar...” —Tio Paulinho interrompeu a fala.

Ele lembrou da crise financeira do país, e dela derivou a troca da empresa administradora—uma economia de mais de R\$7mil mensal que ajudaria a bancar a inadimplência do condomínio. Com o corte das duas faxineiras, as áreas coletivas de cada torre passaram a ser cuidadas pelos próprios moradores, que precisaram se organizar em sistema de revezamento para limpar os corredores com seus próprios recursos. De fato, como já vimos, Rodrigo passara a reunir com os condôminos em cada uma das oito torres do empreendimento. Isso permitia focar os problemas e idear soluções pontuais à medida que os problemas apareciam. Tio Paulinho mencionou a realização de investimentos



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

particulares para a colocação de grama nas entradas dos edifícios, e a organização dos moradores para substituírem as lâmpadas de LED em suas torres. “Ta saindo do bolso. A gente faz uma caixinha, compra uma caixa com 20 lâmpadas com R\$100, diretamente do fornecedor. Tem que ser aos pouquinhos, porque sai do bolso”.

Nesse modelo privado de melhoria do público, novos coletivos efêmeros se estruturaram para dar conta dos dilemas cotidianos da vida em condomínio. Tio Paulinho, por exemplo, instalara cantoneiras de alumínio na escadaria de sua torre, para evitar o desgaste prematuro da infraestrutura. Junto de alguns amigos, organizaram-se para cercar as áreas coletivas com churrasqueiras, que ficavam à mercê de crianças e jovens que jogavam futebol, quebravam pias e canos, e fumavam. “Isso é um patrimônio pra nós mesmo. Depois que fechamos, a pessoa tem que pegar a chave, não fica aquele circo ali”, comentou. Bens coletivos, como máquinas de cortar grama, eram mantidos voluntariamente pelos moradores. Nesses novos agrupamentos de coletivos intermitentes, rivalidades entre torres começavam a surgir em nome da autogestão do espaço.

Mesmo com a melhoria nos serviços, Tio Paulinho segue vigilante e não deixa de exercer o direito que lhe era garantido de “cobrar”: “Esses dias liguei pro porteiro, disse para ele ficar ligado. Qualquer portaria que tu vai o porteiro fica 24h sentado ali dentro. Não tem que sair dali de dentro. Não vai ficar conversando, pra cá e pra lá”. No dia-a-dia de seu controle, Tio Paulinho baseia-se em sua experiência profissional como porteiro de condomínios de classe média para fazer recomendações aos novos prestadores de serviço. No processo, ele acaba documentando, ainda, os novos usos feitos pelas pessoas das infraestruturas: “o portão de carro tem um motor, ele gasta luz para abrir e fechar. E o porteiro aperta para todo mundo sair, fica dando uma risada, mas não pode. Aquele chaveirinho para entrar, nunca mais usaram”. O controle de acesso dos carros, no entanto, seguia problemático: “Mesmo sem o adesivo do condomínio, o cara chegava, dava sinal, e o porteiro abria. Isso não é certo. Aí me chamam de chato. Mas não temos segurança, na prática”.

Os usos não previstos das infraestruturas implementadas também revelavam como elas eram embebidas às economias morais dos moradores.

Daqui do meu prédio eu me comunico com todos os apartamentos. Sem ter que ir na portaria. Eu quero ligar pro Rodrigo. O meu aqui é 3, 5, 102. É o número da torre. Eu ligo 1, 502, que é a torre A. Às vezes, tem um pessoal que quer se arriar na gente. Ligo, eu ia atender, mas não falavam nada. Agora descobri que pode ligar o jogo da velha que toca no apartamento



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

[risos]. Como eu tenho visão da portaria, quando ligam aqui eu já olho se tem alguém lá. Se não tem ninguém, eu nem atendo porque é trote.

### **Considerações Finais**

Ao longo das diversas interações com moradores como Rodrigo e Tio Paulinho, ficou claro que havia um projeto de ascensão social em jogo para os membros do Residencial Bento Gonçalves. Esse projeto, contudo, guardava uma série de especificidades. Primeiro, passava por dentro das entranhas do Estado, na medida em que dependia diretamente da concessão do benefício da política pública habitacional. Segundo, passava pela incorporação à sociedade de consumo, já que implicava a aquisição e apropriação de artefatos e infraestruturas capazes de transmitir esse senso de mobilidade ascendente. Terceiro, tal projeto se realizava na proporção da configuração de novos coletivos desejanter, isto é, formações fragmentadas e intermitentes capazes de cristalizar os devires, expectativas e ansiedades desses novos cidadãos-consumidores. Esses arranjos híbridos de governo e mercado, interesses públicos e privados, compunham-se ao redor da gestão de novas formas de vida no Residencial, tencionando fronteiras morais que informavam a materialização do ambiente construído.

Quarto, enfim, o projeto de ascensão social traduzia-se numa tecnologia de fabricação do presente através de aspirações futuras. Nas palavras de Rodrigo, tratava-se mais de um devir em estado bruto que uma realidade objetivamente mensurável através de seus resultados e implantações materiais. Em diferentes momentos no tempo, suas palavras veiculavam aspirações subjuntivas em busca da “boa vida”. Traduzidas em afetações de classe média, elas compunham um centro de normalidade e respeitabilidade para o qual os beneficiários-consumidores da casa própria, selecionados por suas hierarquias de merecimento, deveriam gravitar.

Através da imaginação e viabilização de infraestruturas de segurança e de portaria, novos valores e subjetividades políticas e econômicas cristalizaram. Nesse processo, o futuro do Residencial Bento Gonçalves foi constantemente tencionado em termos de seus devires, potencialidades e limitações. O espaço—construído, imaginado, implantado—é tomado, aqui, como receptáculo e canal para a realização desses projetos. Não é fortuito, portanto, que o senso de um novo coletivo em formação tenha se traduzido em dilemas sobre a implantação de uma tecnologia de controle do espaço e do pertencimento a ele associado: capaz de monitorar e filtrar o próprio movimento, a porosidade dessa infraestrutura é a metáfora do próprio coletivo—efêmero, fugaz, precário, imaginado.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Transfigurado no condomínio, o espaço-tempo da comunidade, e seus proprietários-residentes, ofereciam a oportunidade para uma nova concepção de política, em que era preciso superar as tecnologias absorvidas da democracia participativa, que só faziam reproduzir lideranças no poder, e implementar uma polis local composta de cidadãos informados na busca por direitos. Com mais pessoas participando transparente e horizontalmente de discussões e tomadas de decisão, era possível diminuir custos, aperfeiçoar a eficiência da administração, e ampliar as chances de sustentabilidade dos beneficiários engajados na mobilidade junto ao asfalto—arquitetura, aliás, muito próxima ao da política pública em nível nacional.

Nesse contexto, o desenho e implementação de um aparato de segurança e vigilância autogestionado cumpria o papel de revelar aos condôminos as aspirações coletivas sobre o devir do condomínio, ao mesmo tempo em que os lembrava de seus sonhos e dos canais—em constante mudança e fragilidade—para sua realização. Sem ancorar-se no grupo político que trouxera os beneficiários da casa própria ao residencial, Rodrigo contava agora com a capacidade pedagógica das infraestruturas e de sua imaginação para lembrarem aos moradores dos ideais de boa vida aspirados no passado. Simultaneamente, oferecia-lhes a possibilidade de articularem-se em novos e fugazes coletivos capazes de manter seus desejos no horizonte: o coletivo dos interfones, o coletivo da portaria, o coletivo de cada torre, o coletivo jurídico da ação movida contra a Caixa Econômica Federal em busca de seus direitos como beneficiários-consumidores. Em cada um destes casos, a organização dava-se em torno de demandas pontuais e era orientada pela temporalidade e pelas expectativas de sua realização material. Contrapondo a arquitetura de desejos de Rodrigo, com os modos como essas infraestruturas imaginadas ressoavam e encontravam novos contornos com pessoas como Tio Paulinho, foi possível documentar a extensão, potenciais, caminhos e limites dessas arquiteturas da esperança.

### Referências Bibliográficas

- Anand, N. (2014) “Consuming Citizenship: Prepaid Meters and the Politics of Technology in Mumbai”, Paper Numb.
- Anand, N. (2015) “Leaky States, Water Audits, Ignorance, and the Politics of Infrastructure”, *Public Culture*, 27(2), p. 305–330.



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Anand, N. (2017) *Hydraulic city: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham: Duke University Press.

Appadurai, A. (1986) “Introduction: Commodities and the politics of value”, in *The Social Life of Things: Commodities in cultural perspective*. London; New York: Cambridge University Press, p. 3–63.

Bourdieu, P. (1984) *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge: Harvard University Press.

Caldeira, T. (2000) *City of Walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.

Fischer, E. F. (2014) *The good life : aspiration, dignity, and the anthropology of wellbeing*. Palo Alto: Stanford University Press.

Gell, A. (1998) *Art and agency : an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press.

Gupta, A. (2015) “An Anthropology of Electricity from the Global South”, *Cultural Anthropology*, 30(4).

Han, C. (2011) “Symptoms Of Another Life: Time, Possibility, and Domestic Relations In Chile’s Credit Economy”, *Cultural Anthropology*, 26(1), p. 7–32.

Hetherington, K. (2012) “Promising information: democracy, development, and the remapping of Latin America”, *Economy and Society*, 41(2), p. 127–150.

Ingold, T. (2012) “Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais”, *Horizontes Antropológicos*, 18(37), p. 25–44.

Kopper, M. (2014) “La Invención de la Nueva Clase Media Brasileña: De la Antropología de los Números a las políticas de Movilidad Social”, in Adamovsky, E., Visacovsky, S., e Vargas, P. (orgs.) *Clases Medias: Novos enfoques desde la sociología, la historia y la antropología*. 1º ed. Buenos Aires: Ariel.

Kopper, M. (2015a) “Designing Brazil’s New Middle Class: Economic science and welfare policies in the making of a social category”, *Urbanities*, 5(2), p. 20–31.

Kopper, M. (2015b) “Vestígios de um ‘Novo Brasil’: A configuração do mercado de pesquisas para



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

a ‘base da pirâmide’”, in Yaccoub, H. (org.) *Consumo Popular no Brasil: Contribuições da Antropologia e Sociologia*. 1º ed. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing, p. 63–98.

Kopper, M. (2016) *Arquiteturas da Esperança: Uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Kopper, M. (2017) “Políticas Públicas e suas Pós-vidas: Cartografando fragmentos subjetivos no Brasil da mobilidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*2.

Kopytoff, I. (1986) “Kopytoff, Igor”, in *The Social Life of Things: Commodities in cultural perspective*. London; New York: Cambridge University Press, p. 65–94.

Larkin, B. (2008) *Signal and Noise: Media, Infrastructure, and Urban Culture in Nigeria*. Durham: Duke University Press.

Larkin, B. (2013) “The Politics and Poetics of Infrastructure”, *Annual Review of Anthropology*, 42(September).

Latour, B. (1999) *Pandora’s hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press.

Latour, B. (2014) “Technical does not mean material”, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1).

Mathews, G. e Izquierdo, C. (2009) *Pursuits of happiness : well-being in anthropological perspective*. New York; Oxford: Berghahn Books.

Murphy, E. (2014) “Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile”, *American Anthropologist*, 116(1).

Neri, M. C. (2008) “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Rio de Janeiro: CPS/FGV.

Pochmann, M. (2012) *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

Pochmann, M. (2014) *O Mito da Grande Classe Média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.

Scalon, C. e Salata, A. (2012) “Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica”, *Revista Sociedade e Estado*, 27(2), p. 387–407.

Sousa, A. de e Lamounier, B. (2010) *A classe média brasileira : ambições, valores e projetos de*



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

*sociedade*. Rio de Janeiro; Brasília: Elsevier; Confederação Nacional da Indústria.

Souza, J. (2010) *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?*  
2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.